



SUJEITO E DIFERENÇA NA ENCRUZILHADA DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

Elias Lopes de Lima¹

RESUMO

O presente artigo propõe um breve apanhado acerca do sujeito no âmbito da produção social, demarcando a conjuntura histórica de sua emergência na contemporaneidade, bem como alguns pressupostos filosóficos e epistemológicos que autorizam sua atualidade e compreensão. Também tenta situar como a geografia se apropria direta ou indiretamente do sujeito, ora evocando-o a partir de uma imagem geral antropocêntrica, ora inclinando-se para subjetivismos estéreis, aparentemente, sem qualquer desdobramento objetivo. Esses percalços remontam ao símbolo de uma encruzilhada enquanto linhas de forças que se contradizem e se renovam a cada movimento. Os efeitos na prática social são notáveis, confrontando indivíduos e grupos das mais variadas matizes ideológicas e políticas e cujos efeitos repercutem decisivamente na produção do conhecimento.

Palavras-chave: sujeito, diferença, corporeidade, geografia.

ABSTRACT

The present article proposes a brief survey about the subject in the scope of social production, demarcating the historical conjuncture of its emergence in contemporaneity, as well as some philosophical and epistemological assumptions that authorize its actuality and understanding. It also tries to situate how the geography appropriates directly or indirectly of the subject, sometimes evoking it from an anthropocentric general image, sometimes inclining towards sterile subjectivities, apparently without any objective unfolding. These mishaps allude to the symbol of a crossroads as lines of forces contradict and renew each movement. The effects on social practice are visible, confronting individuals and groups of the most various ideological and political shades and whose effects have a decisive impact on the production of knowledge.

Key words: subject, difference, corporeity, geography.

1. INTRODUÇÃO – “PODE O SUBALTERNO FALAR?”

¹ Professor Dr. do Departamento de Geociências e do PPGEU da UFJF; pesquisador do Núcleo Geografia, Espaço e Ação - NuGea. Contato: elias.lopes@ufjf.edu.br.



A atual conjuntura histórica está repleta de alusões acerca do sujeito: reclama-se o sujeito de direitos; o sujeito libidinal; o sujeito das lutas sociais; o sujeito neoliberal ou da livre iniciativa; o sujeito pós-moderno, liberado de representações dogmáticas e universalistas; o sujeito discursivo; o sujeito subalterno; o sujeito decolonial; o “sujeitx” abolido de normativas de gênero; a natureza como sujeito; os artefatos enquanto sujeito (LATOURE, 2012); enfim, há sujeitos para todos os *gostos* e fins. Essas abordagens dão ênfase ora aos caracteres históricos e culturais, ora aos aspectos identitários e simbólicos dos atores sociais, ou ainda às questões econômicas e/ou às correlações de forças em que os mesmos estão implicados.

Uma gama variada de campos do conhecimento e da produção cultural volta sua atenção para o sujeito: da educação ao *merchandising*; da filosofia às ciências naturais. A física quântica, por exemplo, admite há tempos (há quase um século) que o observador interfere no resultado de experimentos científicos. A antropologia, de sua parte, compreende um sujeito pré-moderno confrontado histórica e culturalmente com o sujeito moderno. A psicanálise reclama o sujeito como produto de uma *culpa* fundamental, que o caracteriza como sujeito do inconsciente. As campanhas de *marketing* realçam uma enganosa imagem heroica de um sujeito conduzido ao êxito e à felicidade pela via do consumo. O pressuposto básico de praticamente todos os ramos do conhecimento que evocam o sujeito tem sido uma atitude deliberada de “dar” voz ou visibilidade ao sujeito.

Mas, o que nos autoriza a falar do sujeito na atual conjuntura? E o que se compreende por sujeito (nos limites desse trabalho)? Ou ainda, o que propriamente a geografia tem dito sobre o sujeito? E qual ou quais sujeitos a geografia estaria *dando* visibilidade? Quais condições históricas e epistemológicas condicionam essa seara do saber contemplar o sujeito? O objetivo desse texto não é, de maneira nenhuma, esgotar essas indagações, senão contribuir para um debate ainda muito incipiente nas ciências em geral acerca da substância criativa e transformadora que impulsiona homens e mulheres a perseguirem seu devir histórico e geográfico: sua qualidade de sujeitos.

Antes de avançar, contudo, cabe ponderar se o próprio sujeito não estaria em condição de *falar* (por si mesmo). Afinal, como questiona a pensadora indiana Gayatri Spivak (2010), “pode o subalterno falar?”. A pretensão de “dar visibilidade” ou “dar voz” ao sujeito parte do pressuposto que alguém (geralmente, do meio intelectual ou político) pretensamente se colocou em um nível mais elevado ou sublimado em relação



ao(s) sujeito(s) que se deseja visibilizar (quase escrevi objetivar), se arrogando o poder demiúrgico de fazê-lo. Tal ardid, muitas vezes inconsciente por parte de quem o veicula, foi diligentemente clarificado por Chauí (2001), para quem a “devolução” de um protagonismo que fora subtraído de determinados indivíduos ou grupos pode se restringir a pequenos aspectos da vida privada que em nada comprometem o *establishment* e as prerrogativas dos grupos e classes dominantes.

2. O LOGRO DA DIFERENÇA E O ÚLTIMO HOMEM

Suponho que o marco histórico constitucional que nos autoriza contemplar (ver) ou mesmo “falar” do sujeito na contemporaneidade decorre, em grande medida, da emergência do debate da diferença². Desde o final da década de 1960, o debate sobre a diferença e algumas de suas derivações (multiplicidade, heterogeneidade, alteridade, diversidade etc.) vem ganhando cada vez mais atenção, tanto na vida social e cultural, como no domínio teórico-conceitual. O emblemático ano de 1968 é um marco histórico na emergência de um conjunto de fenômenos sociais que, em última análise, tem na afirmação da diferença uma reação a um profundo desencanto pelas promessas não cumpridas da modernidade. Amalgamados sob o voluntarismo contestatório da juventude, temas como diferença de raça e de gênero, liberdade e diversidade sexual, pluralidade de crenças e de ideologias e a ameaça à biodiversidade passam a compor uma nova agenda de manifestações políticas e de ativismos sociais, além de promoverem mudanças na ordem dos hábitos e costumes.

No plano das artes, Andy Warhol introduz o movimento na arte pictórica, inculcando, paradoxalmente, os valores da contracultura na recém inaugurada cultura de massa, a exemplo do extravagante colorido psicodélico de Woodstock, na música, e do teor transgressor da *Nouvelle Vague*, no cinema francês. No campo filosófico, obras como *Manifesto diferencialista*, de Henri Lefebvre (1970), *Gramatologia* e *A escritura e a diferença*, ambas de Jacques Derrida (2004 [1967] e 2002 [1979], respectivamente), e *Diferença e repetição*, de Gilles Deleuze (1988 [1968]), entre outras, forneceram o embasamento analítico e reflexivo para um sem número de acontecimentos inusitados.

² Neste ensaio não me ateei aos pressupostos filosóficos moderno-iluministas acerca do sujeito ou mesmo aos seus indícios na antiguidade clássica. O leitor interessado em aprofundar esse aspecto encontrará uma contribuição em Lima (2014).



Na economia, uma inflexão no regime de acumulação produtivo, que deslocaria seu eixo de gravidade de um modelo fordista para um domínio de produção e acumulação flexível (HARVEY, 1992), estaria na origem e na base dessas transformações.

No âmbito da geografia a diferença é aparentemente um tema mais longo. Remonta à geografia especial de Varenius, no século XVII (MOREIRA, 2008), para ressurgir na geografia comparada e na individualidade regional de Ritter, no século XIX, e desdobrar-se no método corológico e na diferenciação de áreas em Hettner e em Hartshorne, no início do século XX. O debate da diferença ganha novas feições com a espacialidade diferencial em Lacoste (1997) e com a adoção multitemária da nova geografia cultural, ambas se dando no seio do movimento de renovação crítica da geografia e no mesmo contexto das transformações político-culturais descritas acima. Por fim, a diferença e seus correlatos vão imprimir, no início do século XXI, um novo dinamismo ao espaço geográfico (ao ponto de evocar uma virada espacial nas ciências sociais como um todo) sob a perspectiva de inúmeros geógrafos, dentre os quais Harvey (1992), Soja (1993) e Massey (2008, p. 138), para quem “o próprio conceito de multiplicidade requer, necessariamente, espacialidade”.

Essas mudanças exercerão um grande impacto na subjetividade e na consciência, implicando, em última análise, nas formas de agir, no comportamento, nos hábitos, nos costumes etc. É no seio desse emaranhado um tanto disforme de eventos que Alan Touraine (1998, p. 218) acolherá o sujeito como uma entidade existencial, “um sujeito do mundo, que se sente responsável por si mesmo e pela sociedade”. É exatamente o nexos entre o eu e o outro, o “si mesmo” e a “sociedade”, que demarca o que estou qualificando de maneira metafórica como *encruzilhada* (LIMA, 2014). Nexos este que também poderia ser representado pelo *nó górdio* entre a unidade e a diferença, razão e sensibilidade, certeza e incerteza, ordem e caos, ciência e senso comum, modernidade e hipermodernidade (ou, para muitos, pós-modernidade). A encruzilhada no interior do qual o sujeito se encontra requer que o mesmo seja compreendido sempre em meio à objetividade, sob pena de inclinar e se diluir sob especulações idealistas. Nesse sentido, o corpo ou mais precisamente a corporeidade é o meio segundo o qual o sujeito não se encerra no subjetivismo (MERLEAU-PONTY, 1999).

É bem verdade que a retórica da interferência humana na organização ou na produção do espaço sempre foi o carro chefe quando se pretendeu aludir ao conjunto de transformações histórico-geográficas na superfície terrestre. De Varenius, passando por



Ritter e todos os grandes clássicos da geografia, até “mais ou menos” Pierre George (para mencionar um geógrafo influente que demarca o fim de um ciclo epistemológico), o sujeito privilegiado pela geografia é, em linhas gerais, o homem. Ritter admitia, inclusive, que a presença humana seria a principal responsável pelo caráter diferenciador da superfície terrestre (MORAES, 1989). Ratzel é reconhecidamente um dos pensadores mais notáveis desse tipo de abordagem. Para Sorre (2003, p. 138), “o homem da geografia é o homem das conexões e dos conjuntos”. Apesar do dinamismo que a introdução do elemento humano encetou nos estudos geográficos, trata-se, para todos os efeitos, de um conceito de homem enquanto uma unidade geral. Um homem abstrato, por vezes estatístico e atópico (MOREIRA, 2006), cujas ações, não raro, são reduzidas e o encerram como um mero fator antrópico (LIMA, 2015); em tudo destoante, portanto, de um homem efetivamente geográfico, “um homem de existência concreta, porque singular” (SILVA, 1991, p. 51).

“Mas existe o homem?”, provocaria Drummond. “Mas que coisa é homem, que há sob o nome: uma geografia?” (ANDRADE, 2013). Ou o que exatamente demarca a singularidade do homem geográfico, senão as questões e os problemas de ordem efetivamente geográficos? Não estou em condições por ora de apontar senão essa constatação, a qual a pergunta em si mesma responde. Ressalto, no entanto, que o sujeito implicado nos fenômenos geográficos é de mesma sorte um sujeito sociológico, psicológico, histórico, político etc. Ele não detém uma faceta ou marca que poderia ser reivindicada a título de prerrogativa desta ou daquela área do saber, pelo motivo óbvio de que o sujeito não é (e não pode ser) redutível a um objeto.

Todavia, sua vinculação à geografia deve-se menos a qualquer tipo de apropriação objetiva do que ao seu reconhecimento como um sujeito encarnado num corpo, cuja propriedade sensível convirja para algumas das características sensíveis do objeto geográfico. A concretude do sujeito deriva, portanto, de sua corporeidade, o meio no curso do qual ele se abre para a espacialidade. Sua singularidade em contraste, não com as outras ciências em si mesmas, e sim com o homem abstrato (aquele que inspirou a geografia da relação homem-meio, da população, do antropismo etc.) está na sua qualidade de um agente criativo e transformador (LIMA, 2014).

3. O SUJEITO CORPORIFICADO PARA ALÉM DA RAZÃO DUALISTA



Muito se tem *dito* sobre o sujeito em geografia, mas não sem dificuldades de precisá-lo. São escassos os estudos que o contemplam de modo pormenorizado. Tudo indica que os esforços para lhe “dar” voz e visibilidade não foram acompanhados da preocupação em compreendê-lo. Deixarei, por ora, em aberto a questão de saber o que a geografia tem dito ou como tem compreendido o sujeito. Identificar quais sujeitos são evocados em geografia parece-me uma tarefa mais crível, embora eu não tenha condição de esgotar tal apanhado nessas breves linhas.

Na verdade, como já salientado, os sujeitos não diferem (e nem poderiam) dos que são abordados em outras áreas, senão por sua implicação dialética com o objeto e os problemas de cada campo do saber. Em linhas gerais, tratam-se dos indivíduos em suas mais variadas práticas cotidianas; das diversas estratificações dos detentores do capital; das classes sociais, as quais a literatura clássica privilegiou como sujeitos históricos; ou de maneira mais ampla dos grupos sociais, notadamente dos grupos subalternos ou daquilo que Milton Santos (1994) chamou de homens de tempo lento.

Esse último estrato representa um sem-número de sujeitos sociais, abrangendo populações camponesas, quilombolas, sociedades indígenas, vazanteiros, grupos extrativistas, populações atingidas por barragens, favelados, trabalhadores informais urbanos, artistas populares e muitos outros. A julgar pela negligência relegada a esses sujeitos pela historiografia clássica talvez fosse mais apropriado qualificá-los como sujeitos sub-alternos, a fim de demarcar o caráter de alteridade (outros sujeitos) que acompanha o reconhecimento desses agentes.

Algumas abordagens costumam diferenciar sujeito de agentes e estes de atores, entre outros termos correlatos. Crozier e Friedberg (1977), por exemplo, diferenciam agente, mais ligado à ação, de ator, relacionado, por seu turno, à função. Touraine (1998) distingue sujeito de indivíduo, atribuindo a esse uma condição passiva e àquele uma postura mais ativa. Para Dubar (2004), contudo, agente, ator e sujeito seriam senão modalidades identitárias dos indivíduos. Em geografia, sem exatamente pretender alimentar essa distinção (convenhamos, não se trata de um tema de interesse geográfico), Corrêa (1989, 2012) parece preferir o termo “agentes da produção do espaço” a qualquer referência aos sujeitos. Carlos (2011), por sua vez, alude aos “sujeitos sociais” cujas necessidades e desejos estão vinculados à realização da vida humana, porém nitidamente diferenciando-os das ações de agentes estatais e



capitalistas, como se esses, e principalmente os últimos, não pudessem ser qualificados como sujeitos sociais.

Considero toda essa distinção um tanto despropositada, se acaso se supõe um esforço, por mínimo que seja, de superação de antinomias inexoráveis, porquanto o sujeito (enquanto um ente corporificado) engloba todas essas derivações. Cabe discernir que tais diferenciações demarcam e reproduzem uma pronunciada e insistente dicotomia típica da modernidade: a que põe em oposição o sujeito que pensa e o sujeito que age (ou atua), ou melhor, o sujeito do conhecimento e o sujeito da ação. De outro modo, o ato de pensar é necessariamente um modo de agir, de maneira que o sujeito pensante é a um só tempo o sujeito da ação, o autor de uma práxis. Concorro, assim, com Bourdieu (1997, p. 67), para quem “os sujeitos sociais se tornam agentes, isto é, indivíduos considerados na prática e imersos na ação, agindo por necessidade”.

A essa constatação se alinha uma premissa, sem a qual toda e qualquer acareação sobre o sujeito presumivelmente se invalidaria, a saber: a de que sujeito e objeto são entidades indissociáveis. A rigor, não há sujeito sem objeto e vice-versa, de modo que “a implicação [epistemo]lógica entre sujeito e objeto é uma implicação correlata entre pensar (e/ou agir) e ser no plano ontológico” (LIMA, 2014, p. 50). Tal indissociabilidade se expressa como e/ou por meio da corporeidade, de maneira que a subjetividade do sujeito está para o corpo como a temporalidade está para o espaço.

Todavia, não são poucas as incursões acerca do sujeito em geografia que se deixam seduzir pelo subjetivismo, notadamente (mas não unicamente) entre os círculos da geografia humanista. Na maior parte dos casos, trata-se de uma tentativa abstrata de entrever o sujeito com o fim em si mesmo, sem qualquer lastro objetivo ou, quando muito, como uma imagem refletida na paisagem. Berdoulay e Entrikin (2012, p. 107), por exemplo, afirmam que “é preciso aprofundar a questão da subjetividade e da consciência de si mesmo”. Claval (2004, p. 52) reconhece que “o geógrafo não estuda mais apenas a paisagem como realidade objetiva”; ele preocupa-se, acredita o autor, com as dimensões íntima, afetiva e simbólica impressas no lugar. Werlen (2000, p. 21) admite que o sujeito conhecedor deva estar no centro da visão geográfica de mundo, e não mais o espaço ou as regiões.

Tais abordagens tendem a restringir o sujeito a um apanhado de efusões introspectivas, a maior parte das vezes exprimida simbolicamente na paisagem ou emotivamente no lugar. Não raro, tal procedimento concorre para uma interpretação



subjetivista ou relativista, logo, bastante limitada do ponto de vista das potencialidades objetivas da realidade geográfica. Ao sobrevalorizar a apreensão íntima e espiritual dos lugares e da paisagem, o geógrafo subjetivista compromete o caráter histórico da paisagem, sua propriedade de palimpsesto de tempos acumulados no espaço, já que o significado atribuído à paisagem se esgota nas idiosincrasias do sujeito³.

Um exame do sujeito que pretenda situá-lo em meio à complexidade dos fenômenos geográficos não pode limitá-lo a um autoconhecimento de si mesmo, sob pena de subaproveitar os fenômenos em que ele está necessariamente implicado, comprometendo, por tabela, parte significativa do que caracteriza o estudo como uma leitura geográfica do real pela perda de referência ao seu objeto. Sob esse aspecto, o geógrafo deve ter em conta, conforme reconhece Gomes (2007, p. 320), “a consciência explícita de seu engajamento pessoal e, portanto, da impossibilidade de um distanciamento ‘objetivo’ com relação ao seu campo de pesquisa”. A propósito, é nessa impossibilidade que reside um dos principais trunfos do sujeito, qual seja, o que lhe reserva uma consignação objetiva, o que implica ativar a qualidade criativa e transformadora do sujeito sempre que um plano objetivo improvável é acionado.

4. A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DO SUJEITO

Uma vez explicitado visual e discursivamente, talvez estejamos em condição de dar um passo adiante na encruzilhada na qual o sujeito se encontra, no sentido de entrever alguns de seus segredos para melhor compreendê-lo. Obviamente, não pretendo esgotar seu significado, até porque é improvável que se possa fazê-lo. Isso porque uma das características mais indelévels do sujeito é o da sua inconstância. O sujeito é uma espécie de “dito pelo não dito”, de vez que ele é ao mesmo tempo discernível e indiscernível (BADIOU, 1994). Não há muito o que dizer sobre o sujeito visível além do que a dialógica sujeito-objeto evidencia. Contudo, sua faceta indefinível está para a contingência como o objeto está para a necessidade. Se este se pauta por seu caráter factual e discernível, aquele se destaca por sua propriedade informe, inefável, fugidia, insustentável. Por isso o sujeito não pode se subsumir a um objeto, a despeito de não ser concebível sem o mesmo.

³ Um exame mais detalhado sobre esse problema pode ser encontrado em Lima (2013).



Todavia, esse aspecto inefável do sujeito não deriva de alguma especulação metafísica ou de qualquer outro devaneio que o valha. Ele reflete uma inconstância implicada no ato da experiência de objetivação do real, ou seja, é devedor de uma fuga prático-gnosiológica por ocasião do processo de construção de sentido ou significado das coisas. Chamo a essa evasão de sentido de lacuna profenomenal (LIMA, 2014). Tal supressão objetiva prenhe da instabilidade do sujeito decorre, em grande medida, do concurso da ideologia nos processos de construção do conhecimento e da prática social, de maneira que os conteúdos suspeitos e indesejados por determinados interesses são reificados, isto é, relegados à condição de resíduos informes (sem forma objetiva). A ciência certamente assume uma posição privilegiada nessa arena de produção e disputa de significado, se colocando ora (e na maior parte dos casos) a favor dos interesses e ideologias dominantes, ora ao lado das ideologias refratárias.

Todavia, é precisamente em meio a essa correlação de forças que o conteúdo informe pode ganhar (ou não) status de forma-conteúdo, uma forma objetiva. Claro, desde que as condições históricas, sociais e até intelectivas conspiram para tanto. O corpo ou a corporeidade é um componente de fundamental importância nessa mixórdia toda, pois ele é, de acordo com Merleau-Ponty (2005), uma espécie de interseção (o filósofo preferia o termo quiasma) entre o domínio inteligível e a realidade sensível ignota, posto que ele próprio é do mesmo estofamento sensível do mundo, de modo que partilham um sentido ontológico comum.⁴ Mas em que exatamente reside a qualidade criativa do sujeito corporificado?

O corpo possui certas propriedades proteiformes [proprioceptivas e diacríticas] que lhe permitem desvelar consecutivas formas objetivas concernentes aos conteúdos indeterminados do real, o que lhe autorizaria, por conseguinte, a apreender novas formas geográficas implícitas ao conteúdo (até então) informe do espaço (LIMA, 2014).

Quaisquer semelhanças dessa experiência profenomenal com a alienação em termos marxianos não são casuais. Aliás, um aprofundamento das implicações da corporeidade, tanto na suspensão quanto no desvelamento das formas-conteúdo, inevitavelmente convergirá para o metabolismo do trabalho e para as formas históricas com que o trabalho foi apropriado. Também é notável como Žižek (2008, p. 39) parece ter chegado a conclusões muito aproximadas com a metáfora da “visão em paralaxe”,

⁴ Não enveredarei nessa discussão. Para os interessados, recomendo as seguintes leituras: Lima (2014), Merleau-Ponty (1999, 2005), Ferraz (2009), Chauí (2002, 2008) e Moutinho (2006).



segundo a qual “é a liberdade/espontaneidade do sujeito, que, embora naturalmente não seja propriedade de uma entidade fenomenal [...] também não é simplesmente numenal”. Aliás, o filósofo esloveno recorda que Fichte foi o primeiro a identificar uma contingência no âmago da subjetividade, o que ele chamou de *Anstoss*. Surpreendentemente convergente também é a noção freudiana de “desamparo”, enquanto afirmação da contingência e da errância, mas com forte potencial libertador (SAFATLE, 2016, p. 18). Merleau-Ponty (1999, p. 539) reforça o coro ao evocar um “cogito tácito irrefletido”, ou seja, uma consciência perceptiva que olvida a si mesma, o sujeito portador de uma práxis esquecida. Alain Badiou (1994, p. 46, 61), porém, é mais enfático ao reclamar um sujeito indiscernível, um sujeito do acaso que se motiva no “evento”.

Como se pode constatar, não são poucas as alusões a uma evasão do sujeito na literatura filosófica, embora a ciência continue a insistir num sujeito finito ou positivo. Não obstante, é essa fuga, uma vez que subjacente às condições objetivas, que responde pelo caráter criativo e transformador dos sujeitos. Mas o leitor pode estar questionando o que a geografia tem a ver com isso tudo. Pois bem, reafirmo que o sujeito geográfico é aquele que está direta ou indiretamente enredado nos objetivos, inquietações, questões e problemas geográficos. É o agente (indivíduo ou grupo) em suas manifestações criativas na qualidade de um corpo político (territorializado), passível de empoderamentos e interditos, e implicado na objetividade geográfica, o que evoca a necessidade de compreender tal relação como um modo de ser dos homens e mulheres segundo uma geograficidade, o modo de ser ou de existir geográfico da realidade em geral.

Cabe ainda sublinhar que o caráter mediador da corporeidade em relação aos conteúdos indefinidos da realidade evoca sua potencialidade metodológica, uma possibilidade coerente com o caráter sensível e proteiforme implicado na objetivação dos fenômenos geográficos (LIMA, 2015b). A atribuição de formas objetivas aos conteúdos, até então indeterminados, fornece um importante índice do sujeito em geografia. Sua qualidade corpórea permite acessar, através das qualidades proprioceptivas e diacríticas do corpo, alguns aspectos desconhecidos ou mesmo ignorados por ocasião de um esforço de objetivação em bases geográficas. A corporeidade permite, assim, um movimento de reprodução e, sobretudo, de objetivação do espaço, reservando margem aos aspectos e fenômenos variáveis e contingentes



concernentes ao real, ao tempo que desvela alguns aspectos do sujeito até então negligenciados pelo conhecimento.

5. À GUISA DE (IN)CONCLUSÃO – SOBRE CIÊNCIA EMERGENTE, BARBÁRIE E LUTAS SOCIAIS

A exemplo da maior parte da ciência, a geografia não é um campo que se notabilizou por sua preocupação com o sujeito. Essa sentença pode soar controversa ao leitor que até aqui chegou, posto que esse texto se inicia justamente aludindo a um conjunto de campos do conhecimento, inclusive a geografia, que voltaram sua atenção para o sujeito. Mas vale insistir que, em matéria de sujeito, há de se considerar quase sempre “o dito pelo não dito”. Esclareço: mesmo num contexto de crise, a ciência continua sendo um conhecimento objetivo por excelência. Sua *concessão* ao sujeito ocorre numa conjuntura em que a impessoalidade e a isenção, requisitos do projeto positivista de ciência, perdem cada vez mais encanto. Momento este em que se anuncia o esgotamento dos tradicionais pressupostos epistêmicos e metodológicos da ciência, o que abre margem para o acolhimento de outras matrizes de racionalidade, algumas das quais qualificadas, outrora, como resíduos do conhecimento.

Na base e na origem dessas transformações evidencia-se a emergência do regime de acumulação flexível. O toyotismo, como também é chamado, exigiria da força de trabalho uma mudança de atitude, de modo a reforçar inclinações proativas e pluriativas – que mais do que nomes pomposos para autonomia e versatilidade, são requisitos para a ampliação da exploração da mais-valia. É em meio a esses eventos que o debate sobre a diferença vem à tona no final dos anos 1960, provocando uma verdadeira politização do cotidiano e um grande rebuliço no plano da cultura, das artes, dos costumes, dos comportamentos etc.

Sem conseguir dar conta dessa profusão de acontecimentos, e principalmente da nova matriz produtiva, a ciência é impelida a uma mudança de postura, portanto, de método e de base epistemológica. Enquanto a ciência determinista tinha como escopo a descoberta, assentada na sua capacidade preditiva e inventiva (decorrente de seu casamento com a técnica), a ciência emergente, inaugurada por Einstein e pela mecânica quântica (SANTOS, 2010), ocupa-se da compreensão dos processos, das relações, do



encadeamento dos fenômenos, de maneira que a descoberta se torna menos um fim do que uma consequência.

Uma ciência afeita a relações, conexões e encadeamentos é um terreno fértil para entrever contradições, correlações de forças, conflitos, visões holistas ou sistêmicas, historicidade, o acaso e afetos diversos. Disso se depreende uma abertura para a dialética, a fenomenologia, a hermenêutica, a semiótica, a psicanálise, a teoria da complexidade, o pós-estruturalismo, o feminismo, o decolonialismo, os conhecimentos tradicionais... Sucede daí, em parte, uma *concessão* aos sujeitos no domínio das ciências. Santos (2010) constata essa inflexão na ordem do conhecimento ao identificar que os textos científicos passaram a incluir apontamentos autobiográficos. Qual é o caso igualmente de metáforas e analogias alusivas a comportamentos humanos, as quais passaram a frequentar o léxico não somente das humanidades, como também das ciências naturais (estresse hídrico, democracia nuclear), ao lado das cada vez menos requisitadas metáforas mecânicas e organicistas.

Todavia, tudo isso não torna o sujeito um objeto científico. Definitivamente, o sujeito não se presta a um objeto pelo motivo óbvio que se esgotaria enquanto sujeito. Afinal, acaso o sujeito se tornasse objeto de si mesmo ele seria, ao fim e ao cabo, sujeito de coisa nenhuma, ele mesmo se reificando como uma coisa, com o perdão da redundância. E disso se infere, talvez, o porquê de os cientistas se limitarem a conceder, presunçosamente, visibilidade e voz aos sujeitos. Quando muito, o sujeito pode tomar outrem como objeto, o que, diga-se de passagem, foi o que as ciências humanas sempre fizeram. Enquanto objeto de outrem, o sujeito nada mais é que um objeto vazio, uma forma sem conteúdo. Em última análise, a interlocução entre sujeitos é uma constatare troca remissiva de papéis, ora afirmando-se como sujeito, ora como objeto – considerando-se, é claro, a imagem hipotética de uma relação não dissimétrica entre os mesmos.

Por vezes, essa afirmação do sujeito se manifestou na vida social sob formas introspectivas e individualistas típicas de uma racionalidade neoliberal, posto que reitera todas os seus ideogramas: a competição, a livre iniciativa, a meritocracia, o enaltecimento à eficiência (de mercado), a hipostasiação da propriedade privada, o desprezo pelos interesses coletivos e pelo bem comum. O peso da autonomia e da versatilidade requerida pelo regime de acumulação flexível foi decisivo para consolidação desses valores. Ele deu impulso a uma subjetividade que coloca suas



idiossincrasias em primeiro plano, a despeito do tipo de manifestação social em jogo. Segundo Dardot e Laval (2016), o sujeito neoliberal se comporta como se fosse, ele mesmo, uma empresa, de modo que suas decisões e realizações acatam um imperativo empreendedorista: ler um livro ou cuidar da saúde são, conforme essa lógica, investimentos, empreendimentos.

Nos últimos anos, uma subjetividade reacionária, cujo efeito talvez ainda seja prematuro avaliar, fez com que certos indivíduos assumissem atitudes carregadas de todo tipo de intolerância e preconceito, em muitos casos sem qualquer constrangimento. Aliás, tal postura parece ser orgulhosamente ostentada, assemelhando-se, em alguns casos (notadamente entre seus entusiastas mais célebres), a uma psicopatia constatada pela total falta de empatia dispensada ao outro, sobretudo se se tratar de estratos sociais mais vulneráveis. Também nesse caso, o sujeito alça suas idiossincrasias ao status de verdades incontestáveis, as quais são um combustível para inflamar teses e mais teses conspiratórias: de devaneios terraplanistas a orquestrações comunistas interinstitucionais. E de nada vale apelar para fundamentações científicas, históricas, normativas e muito menos para o bom senso, pois suas crenças congênicas são irreduzíveis.

No fundo, esse levante ultraconservador, que muitos qualificam como profascista, consiste uma reação à consolidação e desdobramento dos valores e atitudes erigidos nos movimentos de contracultura da segunda metade do século XX, cujo efeito mais notável no horizonte do conhecimento e das lutas sociais é o reconhecimento do sujeito. Não por acaso, essa agenda, se é que se pode chamar assim, é igualmente reagente (atentem-se para o sentido semântico da palavra reacionário) a tudo que representa a atualidade do sujeito: a cultura, as artes, a educação, a história, a crítica, o contraditório, a alteridade, os direitos humanos, as humanidades, o empoderamento feminino, negro e homoafetivo e inúmeras outras manifestações. Nesse caso, evidencia-se um paradoxo expresso numa subjetividade que se apresenta como a mais abjeta e nociva negação do sujeito.

Num outro espectro, um sem-número de grupos sociais passou a afirmar e a reivindicar o estatuto de sujeito a partir de ações subversivas e emancipatórias. Ao lado da classe operária, uma série de iniciativas populares e de organizações sociais se mobiliza contra os mecanismos de exploração e contra os crescentes níveis de desigualdade característicos da sociedade capitalista: movimentos estudantis,



movimentos camponeses, grupos eclesiásticos, organizações de luta pelos direitos civis e pelos direitos humanos, associações de moradores, servidores públicos, professores, organizações feministas, ambientalistas, refugiados, migrantes, afrodescendentes, populações indígenas e outras minorias étnico-religiosas, grupos de luta pelos direitos de LGBTTs e muitos outros.

A pauta de reivindicações se amplia, incluindo, além de aumento de salários e de melhores condições de trabalho, demarcação de terras e de autonomia territorial, reforma agrária, direito à cidade, acesso à moradia, direito à educação, preservação da tradição cultural, igualdades raciais e de gênero, políticas de ações afirmativas, preservação do meio ambiente e de espaços da vida cotidiana etc. As formas de manifestação variam de greves, paralizações e piquetes a acampamentos, ocupações de terras devolutas e privadas, ocupações de estabelecimentos públicos e privados, bloqueio de estradas, marchas, passeatas, sublevações populares, motins, encenações artísticas em praças e outros locais públicos e muitas outras formas de exposição dos conflitos.

Essa emergência subversiva é, de certo modo, fruto do acesso, por parte desses agentes subalternizados, a certos conteúdos indeterminados da própria experiência de reprodução social, cujas formas objetivas vêm à tona com a globalização das contradições da reprodução do capitalismo. A maior parte dessas manifestações deriva de reações suscitadas na práxis corporificada dos mais variados sujeitos sociais implicados em um amplo campo objetivo materializado na reprodução da sociedade capitalista e, por conseguinte, nos diversos conflitos e levantes decorrentes da apropriação de sua força criativa e transformadora.

O sujeito depara-se, assim, com uma encruzilhada, enquanto linhas de forças que se contradizem e se renovam a cada movimento, o que lhe coloca obstáculos e desafios: ele transita entre o visível e o invisível, o obscurantismo e o conhecimento, a ortodoxia do mercado e a criatividade transformadora, a subordinação e a subversão, a barbárie e o humanismo.

6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. Especulações em torno da palavra homem. In: **A vida passada a limpo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.



BADIOU, Alain. **Para uma nova teoria do sujeito**. Rio de Janeiro: Relume-Damará, 1994.

BERDOULAY, Vicent; ENTRIKIN, Nicholas. Lugar e Sujeito: perspectivas teóricas. In: MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Experiência do pensamento**: ensaios sobre a obra de Merleau-Ponty. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. Merleau-Ponty: a obra fecunda. **Revista Cult**. São Paulo: Ed. Bregantini, n. 123, pp. 44-53, 2008.

CLAVAL, Paul. A Paisagem dos Geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. **L'acteur et le système**. Paris: Seuil, 1977.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática. 1989.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani A. et ali (orgs.). **A produção do espaço**: agentes, processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DERRIDA, Jacques. **Escritura e diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

DUBAR, Claude. Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, n.º. 3, jun-dez, p. 56-69, 2008.

FERRAZ, Marcus Sacrini A. **Fenomenologia e ontologia em Merleau-Ponty**. Campinas: Papyrus, 2009.

GOMES, Paulo C. Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.



HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LACOSTE, Yves. **A geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papyrus, 1997.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social** – uma introdução à teoria ator-rede. Bauru: EDUSC; Salvador: EDUFBA, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **Le manifeste différentialiste**. Paris: Editions Gallimard, 1970.

LIMA, Elias Lopes de. Os limites da geografia humanista e da nova geografia cultural na compreensão do sujeito. **Ensaio**. Niterói: PPGeo/UFF, v. 3 n. 4, p. 7-33, 2013.

_____. **Encruzilhadas geográficas**: notas sobre o sujeito na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

_____. O mito do “fator antrópico” no discurso ambiental geográfico. **Mercator**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, v. 14, n. 3, p. 109-122, 2015.

_____. A corporeidade como um recurso metodológico da geograficidade. **Revista de geografia**. Juiz de Fora: PPGeo-UFJF, v. 5, 2015b.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **O Visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **A gênese da geografia moderna**. São Paulo: Hucitec – EDUSP, 1989.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOUTINHO, Luiz Damon. **Razão e experiência**: ensaios sobre Merleau Ponty. Rio de Janeiro: Editora UNESP, 2006.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e fim do indivíduo. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SANTOS, Boaventura de S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.



SOJA, Edward W. **Geografia pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SORRE, Maximilien. (2003) A Geografia Humana (Introdução). **GEOgraphia**. Niterói: PPGeo/UFF, ano V, nº. 10, pp. 137-143.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

WERLEN, Benno. Regionalismo e Sociedade Política. **GEOgraphia**. Niterói: PPGeo/UFF, ano II, nº. 4, pp. 7-25, 2000.

ŽIŽEK, Slavoj. **A visão em paralaxe**. São Paulo: Boitempo, 2008.